



Clipping – Cuiabá/MT, 01 e 02 de setembro de 2011.

Notícias / **Ciência & Saúde**

01/09/2011 - 16:30

Qualidade dobrará recurso de 17 mil equipes de Saúde

Da Assessoria/MS

O Ministério da Saúde iniciou a primeira fase do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), lançado em julho. Os municípios podem, a partir desta quinta-feira (1º), inscrever até 17.600 equipes da Atenção Básica ao plano (confira formulário). Elas serão avaliadas regularmente e receberão até o dobro do financiamento, dependendo dos resultados obtidos no atendimento à população. Um dos critérios será a satisfação do usuário.

“Para o Ministério da Saúde, é preciso enfrentar de maneira direta e permanente a necessidade de qualificação dos serviços de atenção básica, ofertados a população brasileira”, diz o diretor de Atenção Básica do Ministério da Saúde, Hêider Pinto. Segundo ele, os repasses vinculados ao programa representam um importante incremento no orçamento dos municípios. “Os recursos contribuem fortemente no financiamento de ações, com o objetivo de assegurar uma atenção básica mais preparada para atender à população”, completa.

Pelo programa, serão verificados indicadores como atendimento pré-natal, acompanhamento de pessoas em situação crônica, redução do tempo de espera por consulta e adequada atenção à saúde do idoso. Nesta primeira etapa de implantação do programa, o Ministério prevê a adesão de, no máximo, 17.600 equipes de todo Brasil.

Assim que tiver a sua adesão ao Programa efetivada, o município receberá 20% do Componente de Qualidade do PAB-variável, o que representa um valor adicional de até R\$ 1.700,00 por equipe a cada mês. A verificação in loco do Ministério, que determinará novos valores de repasse para o município, acontecerá seis meses após a adesão ao Programa. Nas situações em que o desempenho da equipe for considerado ótimo, o município poderá receber mensalmente até R\$ 8.500 por equipe, ou seja, 100% a mais.



“Pela primeira vez, o Ministério da Saúde incorpora em sua política de atenção básica a possibilidade de reconhecer o esforço dos gestores municipais e profissionais de saúde, por meio da transferência de recursos mediante desempenho”, afirma o diretor. Ele explica que o programa prevê um conjunto de estratégias que apoiarão os municípios e equipes a alcançarem bons resultados. Ao longo do programa, o resultado será comparado entre as equipes e a evolução do trabalho de cada grupo.

PADRÕES –Além de avaliar a satisfação do usuário, acesso, utilização e qualidade dos serviços, o Ministério estipulará metas para os municípios. Para isso serão emitidos certificados de desempenho, o que contará com o envolvimento de instituições de ensino e pesquisa, além dos gestores municipal, estadual e federal. O programa também estimula a educação permanente, o apoio institucional e monitoramento.

Só neste ano, serão destinados R\$ 104 milhões para a ação. A expectativa é que, em 2012, sejam aplicados R\$ 900 milhões no programa. As equipes que tiverem um desempenho insatisfatório terão o incentivo suspenso.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Qualidade dobrara recurso de 17 mil equipes de Saude&edt=34&id=202240](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Qualidade%20dobrara%20recurso%20de%2017%20mil%20equipes%20de%20Saude&edt=34&id=202240)

Notícias / Cidades

01/09/2011 - 21:30

Reunião discute medidas para diminuir acidentes automobilísticos na Baixada Cuiabana

Da Assessoria/ Sesp-MT

Membros do Grupo de Trabalho para o Gerenciamento de Trânsito (GT Trânsito) do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) se reuniram na tarde dessa quarta-feira (31.08), com o secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry, para discutir medidas visando diminuir o alto índice de acidentes automobilísticos em Cuiabá e Várzea Grande.

De acordo com os participantes, os acidentes envolvendo motociclistas ocorrem devido a falta de preparo dos condutores. O Detran, irá estudar uma medida rigorosa na retirada de habilitação de moto.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), em parceria com a Agecopa, realizará no dia 14 a 16 de setembro, um seminário para discutir novas propostas de



instituições parceiras e fazer o incremento do Plano de Ação com estratégias focadas para minimizar os índices de violência no trânsito. Serão discutidos os seguintes temas: educação, fiscalização, mobilidade urbana e engenharia de trânsito.

Participaram da reunião o presidente do Detran, Teodoro Lopes, representantes da Associação Brasileira de Ciclomotores e fabricantes de motocicletas.

GT TRÂNSITO

Visando diminuir o alto índice de acidentes automobilísticos em Cuiabá e Várzea Grande, o Gabinete de Gestão Integrada criou o Grupo de Trabalho para o Gerenciamento de Trânsito (GT Trânsito), que traçou um Plano de Ação com estratégias focadas para minimizar esse índice. O grupo é formado por instituições do Estado que trabalham de forma integrada para buscar ações ao enfrentamento de acidentes de trânsito.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Reuniao_discute_medidas_para_diminuir_acidentes_automobilisticos_na_Baixada_Cuiabana&edt=25&id=202310

COTIDIANO / SUSPEITA

02.09.11 | 09h09

Paciente pode ter morrido com H1N1 em Cuiabá

Aqueles que não tomaram vacina ainda podem se prevenir



Reprodução



Mulher de 58 anos morreu em Cuiabá com síndrome respiratória aguda

DIÁRIO DE CUIABÁ

Uma mulher de 58 anos morreu no Hospital Jardim Cuiabá na segunda-feira com síndrome respiratória aguda. A suspeita é de que ela tenha sido contaminada com o vírus da gripe H1N1. Em Cuiabá as pessoas de grupo prioritário que não tomaram a vacina durante a campanha no início do ano ainda podem procurar as unidades de saúde.

Segundo Ivanete Fortunato, coordenadora de Vigilância Epidemiológica de Cuiabá, a síndrome respiratória da paciente pode ter sido consequência de vírus H1N1. Foram colhidos materiais da paciente para análise e encaminhados para o laboratório do Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo. Entre 10 e 15 dias, deve sair o resultado confirmando ou negando se a paciente estava infectada com o vírus da Influenza A. Caso seja confirmado, este será o primeiro caso de morte no ano na Capital por essa causa.

A coordenadora Ivanete explicou que é pequena a quantidade de vacinas contra a H1N1 disponível nas unidades de saúde de Cuiabá. Ela informou também que não devem chegar mais medicamento este ano, já que isso ocorre antes do período de frio.

Neste ano as vacinas chegaram em abril, quando feita a campanha para vacinação dos grupos prioritários. Ivanete disse, porém, que crianças com idades entre seis meses e dois anos; gestantes, e idosos que não tomaram a vacina ou só tomaram a primeira dose podem ser atendidos nas unidades de saúde de Cuiabá.

Os sintomas da gripe H1N1 começam praticamente da mesma forma que na gripe comum, com espirro, febre, dor no corpo, dentre outros. As pessoas devem procurar um médico para fazer o tratamento.



01/09/2011 - 21h19

Ministério da Saúde investiga caso de paralisia em criança que tomou vacina contra a poliomielite **Agência Brasil**

O Ministério da Saúde investiga o caso de uma criança de 1 ano e 4 meses que apresentou paralisia após receber uma das doses da vacina contra a poliomielite. De acordo com o ministério, os primeiros sintomas foram registrados no ano passado em Pouso Alegre (MG), mas a secretaria municipal de saúde só notificou a pasta em agosto deste ano.

O ministério informou que diversos vírus podem provocar paralisia e que a confirmação do diagnóstico de poliomielite pós-vacinal geralmente é feita por meio de um exame de fezes que, neste caso, não pode ser feito, porque o vírus que provocou a paralisia já foi eliminado pelo corpo e a criança apresenta apenas sequelas.

A criança passa por exames clínicos, mas não há previsão para que a investigação seja concluída. De acordo com o ministério, é possível garantir apenas que o resultado não deve sair em menos de 90 dias.

Por meio de nota, a Secretaria de Saúde de Pouso Alegre confirmou que a criança apresentou sintomas de Paralisia Flácida Aguda e que está recebendo tratamento pela rede municipal desde março deste ano.

“Toda a assistência, exames, terapias e fisioterapias necessárias para a recuperação do paciente estão sendo prestados gratuitamente, com todo o cuidado e atenção que a situação pede. Informamos ainda que os últimos relatórios apresentam sensível evolução do quadro clínico da criança”.

Dados divulgados pelo ministério indicam que a notificação de casos de paralisia em crianças menores de 15 anos é algo comum – um para cada 100 mil. Já casos de poliomielite relacionados à aplicação da vacina são considerados raríssimos – nos últimos dez anos, foram identificados 46 em meio a 450 milhões de aplicações.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=383280>

02/09/2011 - 10h05

Saúde Municipal de Jaciara realiza trabalho preventivo contra o tabagismo

Redação 24 Horas News

Saúde Municipal realiza trabalho preventivo contra o tabagismo

José Marques
Ascom/Jaciara

Orientações da Secretaria Municipal de Saúde alertam a população sobre os riscos do uso do tabaco. São palestras realizadas durante a semana em Postos de Saúde Familiar (PSFs) e até na Cadeia Pública do município. O trabalho é alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Tabagismo, comemorado no último dia 29 de agosto.

O secretário municipal da Saúde, Régis de Oliveira Campos, lembra que os números do tabagismo no mundo são alarmantes. Ele alerta que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, a cada dia, 100 mil crianças tornam-se fumantes em todo o planeta, por isso destaca a importância do trabalho preventivo.

O PSF 5 foi uma das unidades de saúde a receber as orientações, assim como a Cadeia Pública, onde o Setor de Vigilância Sanitária (Visa) realizou uma palestra aos internos.

Diversos temas relacionados ao tabagismo foram abordados, assim como as doenças que podem ser causadas pelo uso do cigarro, como o câncer, que pode ser tanto o de pulmão, boca, laringe e estômago.

Também consequências do tabaco, a leucemia, infarto do miocárdio, enfisema pulmonar, impotência sexual, trombose vascular, aneurisma arterial e múltiplas infecções respiratórias foram pauta das discussões.

Foi destacado que além dos problemas relacionados diretamente a saúde dos usuários de tabaco, é importante salientar que são várias as consequências advindas dessa cadeia. Eles acontecem bem antes do plantio, onde os proprietários de terra são praticamente obrigados a assinarem contratos com as fumageiras, que funcionam como cartéis, onde perdem vários dos seus direitos trabalhistas, como décimo terceiro salário, licença médica, hora extra, dentre outros.

Como outras das drásticas consequências do tabagismo, o trabalho executado por esses trabalhadores é considerado análogo ao de escravo, pois com renda baixa estes sempre ficam devendo para as fumageiras, além disso, têm seus nomes sujos em bancos, por conta do contrato estabelecido com a firma. Essa situação se dá principalmente em virtude da baixa escolaridade destes produtores e isso desencadeia outro problema, que é o uso abusivo de agrotóxicos e manipulação inadequada dessas substâncias, causando sérias consequências, como intoxicação, demência e outras.

O trabalho infantil também é decorrente desse mal, onde as crianças, desde cedo, se intoxicam com os agrotóxicos pesados usados nessa atividade, sem contar com a evasão escolar que é muito grande. Desse modo, a principal constatação é de que são vários os malefícios que circundam a cadeia tabagística, desde danos sociais, ambientais, políticos e econômicos.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=383337>



[Novo imposto pode ser alternativa para aumentar verba da saúde](#)

TWEET

DETALHES

PUBLICADO EM SEXTA, 02 SETEMBRO 2011 12:40



O líder do governo na Câmara, deputado Cándido Vaccarezza (PT-SP), afirmou nesta quinta-feira que o governo “aceitaria” um novo imposto para a saúde, mas essa seria apenas uma das possíveis alternativas para a destinação de mais recursos ao setor. Vaccarezza disse que o governo quer discutir soluções com a sociedade.

“Não existirá uma alternativa apenas, deve ser um conjunto. Você pode, por exemplo, cobrar pela remessa de

lucros e dividendos de empresas para fora do Brasil”, sugeriu, em entrevista concedida na Câmara.

O deputado avaliou, no entanto, que não será possível encontrar uma solução até o próximo dia 28, quando está prevista sessão da Câmara para votar a regulamentação da Emenda 29 (PLP 306/08), que trata do repasse de verbas para a saúde. “Se a Câmara votar a proposta do jeito que está, o Senado será obrigado a fazer mudanças no texto.”

Conforme Vaccarezza, o governo federal já gasta mais do que exige a Emenda 29 e, por isso, a regulamentação da medida não significará mais recursos para a saúde. Os recursos previstos no Orçamento, segundo ele, também não são suficientes para aumentar os investimentos em qualificação e universalização da saúde.

Também nesta quinta-feira, a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, confirmou a afirmação de Vaccarezza de que a simples votação da Emenda 29 não resolve o problema de melhorar o atendimento à população brasileira. “O Congresso tem de avaliar questões que possam contribuir com novos recursos para a saúde”, declarou, após participar de reunião com a bancada do PSD na Câmara.

Vaccarezza lembrou ainda que os recursos destinados à saúde vêm aumentando ano a ano. “Em 2002, quando ainda havia CPMF, o governo federal destinava R\$ 24,7 bilhões para o setor. Em 2010, sem CPMF, foram R\$ 62 bilhões e, em 2011, serão R\$ 71,5 bilhões.”



Taxa de juros

O líder do governo também falou sobre a decisão do Banco Central (BC) de reduzir a taxa básica de juros de 12,5% para 12% ao ano. Vaccarezza disse que a tarefa do governo é criar condições para os juros caírem, mas ressaltou que o BC é independente para decidir.

Para o deputado, o Brasil reúne hoje condições macroeconômicas, fiscais e tributárias para começar a reduzir os juros. Ele também citou a existência de reservas internacionais elevadas e o fato de o País ter inflação controlada como fatores que permitem essa redução. “Dá para chegar a um patamar civilizado [de juros]”, disse.

Para Ideli, o BC tomou a decisão adequada às condições internacionais e à atual conjuntura da economia brasileira. Ela reforçou que a instituição tem total autonomia para decidir.

Royalties

A ministra disse ainda que o governo espera negociar neste mês uma alternativa em relação aos royalties do pré-sal. A votação, pelo Congresso, do veto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à emenda que trata da distribuição dos royalties está prevista para o dia 22.

Na opinião de Ideli, no entanto, derrubar o veto não resolve o problema, apenas transferiria a decisão para a Justiça. “Nesse caso, ninguém saberá qual será a decisão, nem quando será.”

Reportagem – Noéli Nobre
Edição – Marcelo Oliveira

Agência Câmara de Notícias

<http://www.circuitomt.com.br/editorias/saude/4613-novo-imposto-pode-ser-alternativa-para-aumentar-verba-da-saude.html>

Cidades

Acordo põe fim à paralisação de enfermeiros



Saúde em Foco



Depois de oito dias de paralisação, enfermeiros e técnicos encerraram a greve na noite da última terça-feira (30), após cinco horas de audiência mediada pelo Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) a pedido do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Mato Grosso (Sinpen) e do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde (Sessamt).

O encontro contou com representantes do Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Mato Grosso (Sindessmat) e representantes dos maiores hospitais da capital. De acordo com o Sinpen, no período, foram suspensas aproximadamente 1.110 cirurgias.

O acordo estabeleceu piso salarial mínimo de R\$ 600 para trabalhadores em estabelecimentos de saúde nas áreas administrativa e geral, e piso salarial de R\$ 780 para técnicos de enfermagem, que antes era de R\$ 700.

Os auxiliares e enfermeiros que já recebem o piso terão um aumento de 8%, passando de R\$ 610 para R\$ 658 o piso dos auxiliares, e de R\$ 1.415 para R\$ 1.528 o salário-base dos enfermeiros. Para os que têm salário acima do piso, o ajuste será de 5%. A cesta básica passa de R\$ 80 para R\$ 100 para todos os trabalhadores.

Ficou decidido que apenas o Hospital Santa Casa poderá fazer um acordo coletivo com os sindicatos profissionais. O reajuste pode impactar na folha de pagamento de alguns hospitais, na avaliação do presidente do Sindessmat, José Ricardo de Melo. “Os hospitais vão enfrentar muita dificuldade de agora em diante, pois concordamos com propostas acima do limite máximo da capacidade econômica, mas vamos cumprir fielmente o acordo”, afirmou.

Este é o caso do Hospital Santa Casa de Cuiabá, que, de acordo com o diretor, o médico Luís Felipe Sabóia Ribeiro Filho, a instituição passa por dificuldade financeira e está fazendo empréstimos para conseguir pagar a atual folha de salários. Na avaliação do Sinpen, a greve teve resultado positivo, não só pelas conquistas salariais, mas pela força da união da classe.

“Mostramos a força da enfermagem, e que esses profissionais não são obsoletos nas unidades hospitalares, pois sem eles nenhuma cirurgia é feita”, afirmou o Sinpen por meio da assessoria de imprensa.

Gisele Bedin

<http://www.folhadoestado.com.br/noticia/12220/acordo-poe-fim-a-paralisacao-de-enfermeiros>

Quinta, 01 de setembro de 2011, 09h16
FILHOS DE ADOLESCENTES

Nove filhos de adolescentes morrem a cada dia, revela estudo

Gostou do conteúdo então divulgue

Redação do GD

Todos os dias, nove crianças filhas de mães adolescentes morrem antes de completar um ano de idade. Esses bebês representam 20% do total de mortes infantis em todo o país. Isso significa que um quinto dos bebês que nascem no Brasil, ou seja, 8.544 meninas e meninos filhos de mães adolescentes morrem anualmente por causas completamente evitáveis. Esses e outros dados foram revelados pelo Estudo sobre as Políticas Públicas de proteção à saúde infantil e materna no Brasil: um olhar especial para os filhos de mães adolescentes, realizado pela organização não-governamental Visão Mundial. O estudo será lançado na próxima segunda-feira, dia 5, às 16h no Cinema da Fundação Joaquim Nabuco, localizado no bairro do Derby, em Recife (PE).

João

Vieira/

Arquivo



O estudo detalhado sobre o índice de mortes de bebês filhos de adolescentes será divulgado na próxima segunda-feira

O estudo traz ainda informações acerca do atendimento à saúde materno-infantil no país e fornece subsídios ao debate sobre possíveis maneiras de se combater a mortalidade infantil e materna no Brasil, focando na maternidade na adolescência. A pesquisa foi feita por meio de análise documental a partir de publicações oficiais (dentre elas o Datasus e SigplanI), apresentando um acompanhamento das metas do Milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), e uma análise situacional entre os anos de 1990 e 2010.

as Crianças Primeiroque pretende contribuir para a redução da mortalidade infantil e materna com foco na adolescência no Brasil. Sua meta é engajar líderes governamentais e sociedade civil na priorização de ações e decisões que diretamente diminuam a mortalidade nesse público até 2015. Os esforços estão alinhados às metas 4 e 5 das Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) – reduzir em 2/3 a mortalidade infantil e promover a saúde materna, respectivamente.



Esta campanha tem como parceiros a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Marista de Solidariedade, Instituto de Zero a Seis (ZAS) e Superintendência de Políticas para a Criança e o Adolescente da Secretaria de Estado da Mulher, Cidadania e dos Direitos Humanos de Alagoas.

Apesar dos avanços que o Brasil alcançou em relação à mortalidade infantil, a desigualdade regional, étnica e de oportunidades são fatores determinantes para que um número alto de crianças morra por causas completamente evitáveis. A taxa de mortalidade infantil em média nacional está em 19/1000 nascidos vivos. (*Ascom Visão Mundial*) W.S

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/291088>

Ministério importa 10 milhões de doses de vacina contra raiva para cães e gatos

Notícias - Nacionais

Qui, 01 de Setembro de 2011 00:00

O Ministério da Saúde importou 10 milhões de doses para vacinar cães e gatos contra raiva. A compra emergencial foi feita para não atrasar a [imunização](#) dos animais nos estados com risco de registro da doença.

De acordo com o ministério, a pasta requisitou novos testes da vacina produzida pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), responsável por fornecer 32 milhões de doses. As análises foram solicitadas para evitar mortes e reações adversas nos animais como em 2010, quando foram notificados 637 casos. Do total, 41,6% foram mortes ou alergias graves, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na época, a vacina era fabricada pelo laboratório Bio-Vet, proibida de ser usada na campanha deste ano.

Com os novos testes, o Tecpar atrasou o fornecimento das doses, que deveriam ter sido entregues às secretarias estaduais de Saúde a partir de maio.

O ministério definiu estados com preferência para receber a vacina importada. Os primeiros foram o Ceará e o Maranhão, que registraram casos de raiva humana no ano passado e em 2011, respectivamente.

Os demais são Pernambuco, o Pará, o Piauí, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, a Bahia,



Alagoas, Sergipe e Mato Grosso do Sul, por terem notificado casos de raiva canina nos últimos três anos.

A raiva é uma doença viral que pode ser transmitida ao homem por mordida, lambida ou arranhão de um animal infectado, principalmente cães, gatos, saguis e morcegos. A taxa de letalidade entre humanos é próxima de 100%.

O Rio Grande do Sul e Santa Catarina são os únicos estados que ficam de fora da vacinação, pois não registram a circulação do vírus da raiva.

Fonte: www.agenciabrasil.abc.com.br

http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=788:ex-secretario-de-estado-de-saude-de-roraima-e-denunciado-pela-autorizacao-de-pagamento-de-servicos-parcialmente-realizados&catid=47:janeiro&Itemid=37

[Tribunal de Justiça matogrossense cancela leis municipais de contratação temporária, inclusive para a área de saúde.](#)

O Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso acatou parcialmente pedido de liminar nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 57171/2011, postulada pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado em desfavor do Município de Rondonópolis (212km a sul de Cuiabá), que editou 14 leis visando a contratação, por tempo determinando, de diversos profissionais sem, entretanto, comprovar a real necessidade e excepcional interesse público. Os desembargadores consideraram que o município comprovou necessidade excepcional de contratações em duas leis editadas para atender a área de saúde, por isso concederam parcialmente a liminar.

No entendimento da Corte, à Lei nº 6.126, de 29 de dezembro de 2009 (saúde), e a de nº 6567, de 3 de janeiro de 2011 (também relacionada à área da saúde), não cabe liminar, “por envolver serviço ligado à saúde que, diga-se, se encontra deveras carente não só de servidores, mas de quase tudo relacionado a área, uma verdadeira calamidade, sendo que, mesmo para esta área, ainda que admitida a contratação provisória, o concurso deverá ser realizado para que se possa proceder às substituições dos contratados pelos concursados”, asseverou o relator da ação, desembargador José Silvério Gomes.

Nas demais leis editadas para contratação voltadas às secretarias de Promoção e Assistência Social (6568/11), Infraestrutura e Urbanismo (6566/11 e 6563/11), Meio Ambiente (6570/11), Educação (6557/11 e 6565/11), Transporte e Trânsito (6558/11), Receita (6559/11 e 6563/11), Agricultura e Pecuária (6560/11), Governo (6562/11) e Administração (6564/11), na opinião dos desembargadores, “o município acabou por infringir dispositivo constitucional que rege a matéria, em total desrespeito aos princípios da impessoalidade e moralidade administrativas”, argüiu o relator.



Conforme o magistrado, tanto o artigo 37, incisos II e IX, da Constituição Federal, como o artigo 129, incisos II e VI, da Constituição Estadual, permitem a contratação temporária de profissionais, por tempo determinado, quando houver excepcional interesse público. Já a Lei Complementar Estadual nº 4/90 define em que consiste o termo “excepcional interesse público”. Segundo o artigo 264 dessa lei complementar, consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a: I – combater surtos epidêmicos; II – fazer recenseamento; III – atender a situações de calamidade pública; IV – substituir professor ou admitir professor visitante, inclusive estrangeiro, conforme lei específica do magistério; V – permitir a execução de serviço, por profissional de notória especialização, inclusive estrangeiro, nas áreas de pesquisas científica e tecnológica; VI – atender a outras situações de urgência que vieram a ser definidas em lei.

“Observa-se que as ditas leis promulgadas pelo requerido envolvem as contratações dos seguintes profissionais: agente administrativo, mensageiro externo, auxiliar de serviços diversos, agente de portaria, arquivista, auxiliar de serviços de copa, digitador, técnico de radiologia, almoxarife, recepcionista, motorista, atendente de farmácia, dentre outros. De ver, assim, que a maioria dos cargos oferecidos pelo requerido não se enquadram no dispositivo legal acima, ao contrário, tratam-se de diversos cargos, em sua maioria, de natureza regular e permanente, ensejando o exercício por titulares de cargos públicos, após prévia aprovação em concurso público, não justificando, pois, a sua contratação em caráter excepcional”, asseverou o desembargador José Silvério Gomes.

Fonte: TJ/MT, 30/08/2011 e LEGISUS.

http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=787:tribunal-de-justica-matogrossense-cancela-leis-municipais-de-contratacao-temporaria-inclusive-para-a-area-de-saude&catid=47:janeiro&Itemid=37

Ministério Público questiona idoneidade de Organização Social que prestaria serviço em Goiás, e governador não ultima contrato de gestão.

Promotora fez recomendações no dia 12 de agosto Surtiram efeitos positivos as recomendações do Ministério Público de Goiás para que o governo do Estado não promova a terceirização da gestão de hospitais do Estado para a organização social (OS) denominada Núcleo de Saúde e Ação Social – Salute Sociale. As recomendações foram paralelas ao inquérito civil público que apura denúncias relacionadas à transferência da gestão do Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia (Huapa) para a OS. Sediada no Rio de Janeiro, a Salute responde a processos, ainda em andamento naquele estado. O governo anunciou que decidiu anular o processo seletivo que escolheu a Salute Sociale, porém divulgou que pretende lançar outro edital para terceirizar três unidades de saúde.

Duas recomendações partiram da promotora que instaurou o inquérito, Fabiana Lemes Zamalloa do Prado, da 90ª Promotoria de Justiça de Goiânia, e foram enviadas pelo



Saúde em Foco



MP-GO no dia 12, uma ao governador, Marconi Perillo, e outra ao secretário de Saúde, Antônio Faleiros. A recomendação para o governador visava a revogação do decreto que qualificou a Salute como organização social do Estado de Goiás (Decreto nº 7.399/2011). Aos dois ela argumentava que não celebrassem o contrato de gestão com a Salute, em respeito ao princípio da moralidade administrativa, previsto no artigo 37 da Constituição Federal.

Ela destacou apuração do inquérito civil público mostrando que a OS, ao longo dos 23 anos de sua existência, mudou de denominação social por diversas vezes e teria se envolvido “em esquemas” de desvio de verbas públicas que ensejaram a instauração de processos administrativos e judiciais, cíveis e criminais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e até em âmbito federal. Assim, a promotora questionou: a idoneidade da OS para a celebração de contratos com a administração pública; a falta de capacidade técnica para a prestação de serviços de saúde, uma vez que, ao longo dos anos, dedicou-se quase exclusivamente à subcontratação de mão de obra, conforme o Tribunal de Contas do Rio de Janeiro; e que a entidade não possui capacidade financeira nem econômica para garantir o efetivo cumprimento do contrato de gestão do Huapa.

A promotora ainda orientou ao secretário a acatar a decisão do Plenário do Conselho Estadual de Saúde, suspendendo todo o processo de transferência de gestão de unidades de saúde do Estado para entidades privadas, “até que a questão seja objeto de deliberação do próprio Conselho”. Conforme lembrou a promotora na oportunidade, embora o Conselho Estadual de Saúde seja, por definição legal, o órgão consultivo, deliberativo, fiscalizador e controlador das ações e dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito estadual, ele não foi consultado sobre a decisão de transferência da gestão dos hospitais do Estado. Em razão disso, o colegiado havia expedido a Resolução nº 8/2011, deliberando pela suspensão dos processos de terceirização.

Após a recomendação do MP houve parecer da Procuradoria-Geral do Estado no mesmo sentido no caso da Salute. Conforme divulgou o site de Notícias do Governo, entretanto, um novo processo seletivo será aberto, “desta vez para contemplar o Huapa, o Hospital Geral de Goiânia (HGG) e Hospital Materno infantil (HMI), com publicação do edital no Diário Oficial e em jornais de grande circulação”.

O anúncio de anulação do decreto que permitia a contratação da Saluti foi feito pelo governador em exercício, José Eliton Júnior, e o secretário estadual da Saúde, Antônio Faleiros. Eles reconheceram que a anulação do processo era justificável com critérios jurídicos e sociais: “A Salute não se enquadra, em momentos distintos, aos requisitos jurídicos de duas leis estaduais (a 15.503, de 2005, e a 17.399, de 2011, aprovada recentemente e que permitirá a atuação de uma organização social de outro estado em Goiás)”, divulgou o portal. (Texto: Marília Assunção / Foto: João Sérgio – Assessoria de Comunicação Social do MP-GO / com dados do site Notícias de Goiás)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=786:ministerio-publico-questiona-idade-de-organizacao-social-que-prestaria-servico-em-goias-e-governador-nao-ultima-contrato-de-gestao&catid=47:janeiro&Itemid=37